MARCO AURÉLIO PANADÉS ARANHA

**A representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira:
uma figuração de nossa realidade em “O Bem-Amado”**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Doutora Mara Regina de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

MARCO AURÉLIO PANADÉS ARANHA

**A representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira:
uma figuração de nossa realidade em “O Bem-Amado”**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral de Direito, sob a orientação da Professora Doutora Mara Regina de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Aranha, Marco Aurélio Panadés

A representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira: uma figuração de nossa realidade em "O Bem-Amado" / Marco Aurélio Panadés Aranha ; orientadora Mara Regina de Oliveira -- São Paulo, 2017.

191 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. "O Bem-Amado". 2. Representação. 3. Patrimonialismo. 4. Ordem jurídica. 5. Brasil. I. Oliveira, Mara Regina de, orient. II. Título.

Nome: ARANHA, Marco Aurélio Panadés

Título: A representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira: uma figuração de nossa realidade em “O Bem-Amado”

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus pais e
à minha esposa.

AGRADECIMENTOS

Toda dissertação é uma obra coletiva: não porque escrita ou pensada por muitos, mas sim por se consagrar como o resultado de relações humanas transmissoras de conhecimentos, afetos, apoios, críticas, incentivos e do compartilhamento de vivências, para aquele que a redige, que formataram da trajetória acadêmica do tema ao amadurecimento pessoal e científico em busca das conclusões necessárias ao texto final.

Eis o porquê dos agradecimentos: por sincero sentimento de louvor àqueles sem os quais o caminho percorrido não teria sido completado nem completo.

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Mara Regina de Oliveira, pelos ensinamentos, pela oportunidade acadêmica e por ter confiado em meu potencial de trabalho. Agradeço, também, aos Professores Orlando Villas Bôas Filho e Margareth Anne Leister, que compuseram a Banca de Qualificação e fizeram críticas importantes para o aperfeiçoamento da pesquisa e do texto da dissertação, bem como aos Professores de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP e a todos aqueles da Universidade com quem me relacionei ou cujas aulas frequentei nesses últimos anos, por me ensinarem e por ampliarem meu senso crítico sobre o Direito.

A Rose Skripka, meu muito obrigado pelo apoio nessa jornada.

Agradeço, ainda, a todos os funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo por todo o suporte nesses anos de dedicação.

Obrigado também àqueles que auxiliaram na revisão final desta dissertação.

Agradeço à minha família e a todos os que me acompanharam e deram apoio nessa trajetória, pessoas sem as quais a caminhada teria sido mais difícil. Merecem notação especial Paulo Scartezzini, Giovanna Migliori Semeraro, Fernando Barbin, Ana Polacchini, Silvio Soares e Carlos Frederico. Meu eterno agradecimento a João Paulo Dias Ramos, amigo de infância sempre presente, afetuoso, incentivador e atento; a Rodrigo Sousa das Graças, amigo no sentido pleno da palavra; a Gisele Mancuso e Gustavo, amigos que sempre trouxeram um sorriso no rosto e palavras de sustento; e ao Gustavo e à Fiorina, que agradeço a Deus por tê-los conhecido.

Aos meus pais, José Roberto e Jurema, não agradeço somente por este trabalho, mas sim por toda uma vida de dedicação. Obrigado: vocês são meu amor, minha viga, minha alegria e meu alento. Obrigado à minha cunhada, Luciana Sonck, e ao meu irmão querido, Luís Fernando, herói de infância, parceiro de vida e representante, para mim, das coisas pelas quais vale a pena lutar. Ao meu sobrinho e afilhado, João Gabriel, peço perdão pelos muitos

instantes de ausência dedicados a este trabalho e agradeço por me fazer sorrir e sentir-me tão leve e feliz em sua presença.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha Iara. Você é meu forte, meu eterno presente, meu amor sincero e tranquilo, meu porto seguro, a chegada e o destino, a mão que eu seguro e que me acompanha, a poesia de todos os dias: te amo!

RESUMO

ARANHA, Marco Aurélio Panadés. *A representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira: uma figuração de nossa realidade em “O Bem-Amado”*. 2017. 191 p. Grau de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O tema da presente dissertação é a representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira, vislumbrada na perspectiva da obra “O Bem-Amado”, de Dias Gomes. Partindo de uma visão interdisciplinar (do conhecimento humano), aliada ao pensamento complexo de Edgar Morin, e assumindo o caráter comunicativo do Direito, baseado na teoria de Tércio Sampaio Ferraz Jr., que vincula ao sistema jurídico a questão do poder e das estruturas de dominação, estuda-se o conceito de patrimonialismo de Max Weber, expondo sua tipologia de dominação e apresentando a forma como foi incorporada no Brasil. Tendo em vista que o patrimonialismo é um conceito imbuído de historicidade, propõe-se, com fundamento na teoria da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, a construção de uma história nacional deste conceito, adequado à história social brasileira, a partir dos escritos de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Maria Sylvia de Carvalho Franco, autores nacionais que inovaram em relação à concepção weberiana. Essa construção histórica é projetada na ficção de Dias Gomes, a fim de identificar o viés patrimonial na narrativa, seus elementos de interação com o sistema jurídico e suas conexões com o sistema coronelista, a violência social, a pobreza municipal, a crise de representatividade política e o autoritarismo de Estado.

Palavras-chave: “O Bem-Amado”. Representação. Patrimonialismo. Ordem jurídica. Brasil.

ABSTRACT

ARANHA, Marco Aurélio Panadés. *The representation of patrimonialism in the brazilian legal order: a figuration of our reality in "O Bem-Amado"*. 2017. 191 p. Dissertation (Master) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The theme of this dissertation is the representation of patrimonialism in the brazilian legal order, seen from the perspective of the work "O Bem-Amado", by Dias Gomes. Starting from an interdisciplinary view (of human knowledge), allied to the complex thinking of Edgar Morin, and assuming the communicative character of law, based on the theory of Tércio Sampaio Ferraz Jr., which links to the legal system the question of power and structures of domination, the research study Max Weber's concept of patrimonialism, exposing his typology of domination and presenting the way it was incorporated in Brazil. Considering that patrimonialism is a concept imbued with historicity, it is proposed, based on the theory of the history of concepts by Reinhart Koselleck, the construction of a national history of this concept, appropriate to brazilian social history, from the writings of Raymundo Faoro, Simon Schwartzman and Maria Sylvia de Carvalho Franco, national authors who innovated in relation to the weberian conception. This historical construction is projected in the fiction of Dias Gomes, in order to identify the patrimonial bias in the narrative, its elements of interaction with the legal system and its connections with the coronelist system, social violence, municipal poverty, crisis of political representation and state authoritarianism.

Keywords: "O Bem-Amado". Representation. Patrimonialism. Legal order. Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO DE “O BEM-AMADO”	20
1.1 Pressupostos metodológicos do trabalho	20
1.1.1 A evolução do conhecimento na contemporaneidade e a superespecialização	20
1.1.2 O pensamento complexo e a interdisciplinaridade	22
1.2 Comunicação, poder simbólico e ordem jurídica	28
1.3 Realidade, linguagem e arte: a relação entre Direito e realidade e “O Bem-Amado” como figuração de estruturas político-sociais	33
1.4 Apresentação de “O Bem-Amado”	36
1.4.1 Percurso de criação e exibição da obra	37
1.4.2 Escopo da análise.....	39
1.4.3 História resumida da obra e seus aspectos gerais	40
CAPÍTULO 2: MODELO DOS TIPOS IDEAIS DE DOMINAÇÃO LEGÍTIMA E O CONCEITO DE PATRIMONIALISMO EM MAX WEBER	48
2.1 A importância de Max Weber para a construção da história do conceito nacional de patrimonialismo	48
2.2 Da ligação entre poder, dominação e legitimidade	50
2.3 Tipos ideais de dominação legítima.....	53
2.3.1 Legal-racional	55
2.3.2 Carismático	58
2.3.3 Tradicional	61
2.4 Patrimonialismo: subtipo ideal de dominação legítima tradicional.....	64
2.5 A incorporação da tipologia de Max Weber no Brasil.....	68
CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA DO CONCEITO NACIONAL DE PATRIMONIALISMO	72
3.1 O debate sobre o historicismo conceitual e a apresentação da teoria da história dos conceitos.....	73
3.1.1 Escola de Cambridge <i>versus Begriffsgeschichte</i>	75
3.1.2 Principais aspectos da <i>Begriffsgeschichte</i>	78
3.2 A historicidade do conceito nacional de patrimonialismo	81
3.3 Linha conceitual de inspiração weberiana	87
3.3.1 O patrimonialismo estamental de Raymundo Faoro.....	87
3.3.1.1 A inserção do subtipo de domínio patrimonial weberiano no Brasil	90
3.3.1.2 Herança portuguesa	92
3.3.1.3 Brasil patrimonial, não feudal.....	94

3.3.1.4 Poder centralizado no Estado e capitalismo politicamente orientado	97
3.3.1.5 Patrimonialismo estamental e burocrático	99
3.3.1.6 Honra, cargos públicos, funções de Estado e o estamento burocrático	102
3.3.2 O patrimonialismo político (neopatrimonialismo) de Simon Schwartzman	105
3.3.2.1 Origem e sentido do termo neopatrimonialismo	107
3.3.2.2 Autoritarismo, modernidade e industrialização no Brasil	109
3.3.2.3 Cooptação política: superposição dos sistemas de participação corporativa e de representação de interesses	111
3.3.2.4 A questão da participação política	113
3.3.2.5 O regionalismo territorial na formação do neopatrimonialismo	115
3.3.2.6 Sistemas partidário e eleitoral: parte da solução e do problema	118
3.4 Linha conceitual não weberiana: o patrimonialismo de Maria Sylvia de Carvalho Franco	122
3.4.1 A inadequação de usar modelos teóricos preconcebidos	123
3.4.2 Violência social: elemento constitutivo das relações sociais e comunitárias	125
3.4.3 Da negativa da formação estamental	130
3.4.4 Compadrio, voto, coronelismo e relações de interdependência com o senhorio (lealdade e reciprocidade): dominação pessoal	131
3.4.5 A pobreza dos municípios e as relações entre o homem comum, a Administração Pública e o Estado	135
CAPÍTULO 4: “O BEM-AMADO” E A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMONIALISMO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	141
4.1 O jogo de imposições simbólicas do patrimonialismo no Direito	142
4.2 Distorções do sistema político-representativo	148
4.2.1 Crise de representatividade dos mandatários	148
4.2.2 As conexões entre o patrimonialismo e o sistema coronelista	155
4.3 Autoritarismo de Estado e violência social na ordem jurídica brasileira	161
4.4 Brasil: país tradicional ou moderno?	169
4.5 A crítica de Jessé Souza sobre a interpretação do Brasil pelo viés patrimonial ..	175
CONCLUSÕES	180
REFERÊNCIAS	184

INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva investigar o fenômeno do patrimonialismo¹ no Brasil e demonstrar sua representação e inter-relações com o ordenamento jurídico por meio da análise de “O Bem-Amado”.

Resgatando o pensamento dos autores Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Maria Sylvia de Carvalho Franco², que estudaram o patrimonialismo e outorgaram-lhe um conceito inovador face à realidade brasileira, buscar-se-á – fundando-se na teoria da história dos conceitos, cunhada por Reinhart Koselleck – construir a história nacional desse conceito e examinar de que forma as práticas dessa natureza relacionam-se com o sistema jurídico e a sociedade nacional na obra de Dias Gomes.

Trata-se de pesquisa interdisciplinar, no sentido de enredar teorias da História, da Filosofia, do Direito e da Sociologia Política, sob o pressuposto de que as relações de poder e dominação, sobretudo no plano simbólico, perpassam os vários campos do conhecimento humano e constituem o ponto de encontro de sentido tanto da linguagem quanto da percepção do mundo.

Este trabalho dialoga com alguns dos chamados intérpretes do Brasil, que, nos séculos XIX e XX, desenvolveram teses sobre a formação do Estado e da sociedade pátria, podendo-se mencionar entre eles, exemplificativamente, os nomes de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Everardo Dias, Florestan Fernandes, Octávio Brandão, Celso Furtado, Antônio Cândido, Rui Facó, Darcy Ribeiro, Caio Prado Jr., além de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Maria Sylvia de Carvalho Franco.

A par de muitos desses intérpretes terem centrado seu enfoque analítico na política, na economia, na sociedade e no Estado, poucos deram atenção ao fenômeno jurídico. Talvez porque o Direito seja tido simplesmente como um espaço resultante das forças que atuam

¹ “Patrimonialismo é a substantivação de um termo de origem adjetiva: patrimonial, que qualifica e define um tipo específico de *dominação*” (CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. p. 155).

² O nome completo de Maria Sylvia de Carvalho Franco inclui o sobrenome “Moreira” ao final. Contudo, a autora ficou conhecida sem este último, em razão do grande sucesso e importância de sua tese de doutorado, publicada em livro intitulado “Homens Livres na Ordem Escravocrata no Brasil” em que é indicada sem o sobrenome “Moreira”. Em sua tese de livre docência (“O moderno e suas diferenças” - não publicada em livro), por sua vez, seu nome incluiu-o ao final. Faz-se essa observação neste momento inicial a fim de evitar confusão na identificação da autora, de modo a esclarecer que o sobrenome “Moreira” não será indicado em nenhuma de suas obras. Todavia, é preciso ficar claro que se trata da mesma pessoa.

nesses outros campos ou, quiçá, porque apenas não foi privilegiado esse olhar nos estudos realizados.

Seja como for, a perspectiva histórica das obras que tomaram o Brasil como objeto de pesquisa indica um aparente tangenciamento do sistema jurídico enquanto chave de reflexão pela maioria desses autores clássicos.

Daí a importância desta dissertação, que tem por escopo colaborar com algum preenchimento dessa lacuna sobre a compreensão do Brasil, sem romper com a tradição dos estudos sobre o patrimonialismo no país³. Ao contrário, procurar-se-á apoio nos trabalhos já escritos sobre o tema, na crença de que “a capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo”⁴.

O trabalho concentra-se no estudo da representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira, por ser a partir das estruturas de poder existentes e em formação que se pode captar a lógica do sistema predominante em vigor.

Não se trata de analisar um ou outro parlamentar ou criticar a atuação de um ou outro juiz ou, ainda, de efetuar estudo profundo sobre leis específicas, mas sim de examinar a ordem jurídica sob perspectiva diversa, mirando o olhar sobre o modo pelo qual as relações político-sociais, historicamente, interferem na conformação do Direito com a realidade que o cerca.

Incumbe, portanto, privilegiar uma visão integrada e não individual, sob pena de não se chegar a bom termo.

A trajetória dessa investigação dará atenção a uma abordagem zetética do Direito e das relações pragmáticas de poder a ele inerentes⁵, uma vez que o patrimonialismo consubstancia uma estrutura de dominação. O ponto de vista dogmático do fenômeno

³ No Capítulo 4 será efetuada uma análise crítica sobre a ruptura dessa tradição sugerida na obra SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 63.

⁵ “Todo o universo jurídico só pode ter existência se for expresso numa linguagem, por isso é possível realizar um estudo ao nível linguístico que analise esta interdependência. Todo direito compõe-se a partir de um ‘discurso jurídico’. Assim, a pragmática não realiza um trabalho de linguística, mas um trabalho jurídico, na medida em que faz referência à práxis decisória e à possibilidade de solução de conflitos. Este estudo ao nível linguístico não encara o discurso como ‘[...] um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção’. Contrariamente, os ‘fatos de discurso’ não são tratados como simples fatos linguísticos, mas como jogos estratégicos de ação e reação que envolvem relações de poder” (OLIVEIRA, Mara Regina de. Direito, argumentação e poder em Julio César. In: SIMPÓSIO DE LITERATURA & DIREITO, I., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. p. 25-65. [Coleção Direito e Literatura]. p. 33).

jurídico seria de pouca serventia para o objetivo aqui desenhado, pois a lei – ou o uso dela – esconde atrás de suas belas palavras intenções nem sempre tão nobres.

É por isso que a atual pesquisa exige análise sob uma perspectiva histórica. Como assevera Pierre Bourdieu,

Nunca se passa para além da história e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas.⁶

Se o patrimonialismo é uma herança histórica proveniente de Portugal desde a colonização do Brasil, tal como advogado por Raymundo Faoro, ou se decorre dos vícios de nosso sistema político-representativo, como defendido por Simon Schwartzman, ou, ainda, se é uma estrutura de dominação incorporada às práticas sociais e comunitárias, como observado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, são questões que serão colocadas adiante.

Os diferentes conceitos de patrimonialismo, acima referidos, impõem seja adotada a perspectiva histórica na análise da legitimação desse sistema de dominação, porquanto a dimensão conceitual situa-se em um tempo-espço determinado, o que atrai a obra “O Bem-Amado” como objeto de investigação, seja por ter sido escrita em contexto histórico próximo ao do surgimento dos estudos desses três autores sobre o patrimonialismo, seja por circunscrever o raio da pesquisa, seja ainda por representar alguns de seus personagens arquétipos do fenômeno patrimonial.

Na criação de Dias Gomes, poder-se-á verificar a condição humana na inteireza das relações de poder conformadas em nossa sociedade, em uma espécie de microcosmos, por captar o “encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos”⁷.

Sobre a possibilidade de representação da realidade baseada em uma obra artística, Pierre Bourdieu narra que

[...] apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou “inexistir” o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 70.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 70.

completamente a “realidade”, logo, de compreender e de prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivas.⁸

Não se tem a ilusão de que a investigação sobre o patrimonialismo no Brasil por meio da obra “O Bem-Amado” seja a forma mais perfeita e acabada de analisar o fenômeno, nem tampouco de que esse enredo consiga dar todas as respostas às perguntas vinculadas ao tema. Configura, assim, uma perspectiva entre outras que, juntas, podem elucidar os estudos sobre as estruturas de dominação político-sociais que coexistem na história brasileira.⁹

O sentido e o valor sociológicos extraídos de uma peça, uma telenovela e um filme são encontrados na forma como são construídos e encenados os elementos da dominação pertinentes à história nacional: no caso da análise de “O Bem-Amado”, o patrimonialismo (predominantemente) aliado ao coronelismo e ao cangaço¹⁰. Eis o fundamento contido na afirmação de Pierre Bourdieu de que

[...] a questão do sentido e do valor da obra de arte, tal como a questão da especificidade do juízo estético e todos os grandes problemas da estética filosófica só podem achar a sua solução em uma história social do campo associada a uma sociologia das condições da constituição da atitude estética especial que o campo exige em cada um dos seus estados.¹¹

O ponto de encontro entre a arte e o Direito está na comunicação, pois ambos são sistemas de linguagem. Examinar o Direito na condição de espaço comunicativo significa perquirir sobre quais são as bases da realidade apropriada pelo ordenamento jurídico e, mais ainda, pela dimensão humana.

Pois não há obviedade, certeza e tampouco pureza no campo jurídico.¹²

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 118.

⁹ Exemplos: patriarcalismo, mandonismo, coronelismo. Alguns desses subtipos de dominação presentes no cenário brasileiro, como o coronelismo, por exemplo, serão analisados naquilo que importar para as reflexões sobre o patrimonialismo.

¹⁰ “De onde vem o termo ‘cangaço’, que no Nordeste tomou o sentido de banditismo? O termo é antigo, pois nessa região já em 1834 se dizia de certos indivíduos que eles ‘andavam debaixo do cangaço’, designando particularmente os que ostensivamente se apresentavam muito armados, de ‘chapéu-de-coiro’, clavinotes, cartucheiras, de pele de onça-pintada, longas facas enterçadas batendo na coxa’, como escrever o escritor cearense Gustavo Barroso. Levavam os clavinotes passados pelos ombros, tal qual um boi no jugo, isto é, na ‘canga’. Esta aproximação teria sido responsável pelo significado. Seja ou não esta a origem do termo, é certo que ‘cangaço’ e ‘cangaceiro’ eram utilizados numa região bem delimitada: as vastas caatingas áridas que formam o chamado ‘Polígono das Secas’, no interior de sete estados brasileiros” (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997. p. 15).

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 287.

¹² “Seja qual for o processo escolhido, precedente ou legislação, para a comunicação de padrões de comportamento, estes, não obstante a facilidade com que actuam sobre a grande massa de casos correntes, revelar-se-ão como indeterminados em certo ponto em que a sua aplicação esteja em questão: possuirão

Antes do Direito, vê-se a linguagem. Antes da linguagem, a comunicação. Antes da comunicação, o humano. Essa gradação torna impensável realizar qualquer análise sobre o fenômeno jurídico sem se ater à interação entre a Ciência Jurídica e o âmbito da linguagem-comunicação.

Interdisciplinar em sua origem e essência, o Direito supera as fronteiras normativas, utilizando conhecimentos produzidos na Filosofia, na Política, na Sociologia, na História, na Economia, na Ética, nas Letras etc., pois, como toda ciência social aplicada, não deve ignorar as reflexões produzidas pelos demais campos das Humanidades.¹³

Em toda e qualquer relação pessoal nota-se uma estrutura comunicativa. Sendo o humano um produto inerente à sociedade que integra – e, portanto, de sua cultura –, não há como separar por inteiro essa realidade comunicativa da dimensão cultural, tornando consequente a impossibilidade de apartar a realidade do Direito da magnitude comunicativa.

Pelos mesmos motivos, é inconcebível afastar o exercício jurídico dos conflitos de poder inerentes às relações humanas, haja vista que “toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação”¹⁴ entre o que Max Weber denominou de agentes politicamente ativos e agentes politicamente passivos.

Se é certo que a ordem social outorga legitimidade ao sistema jurídico em vigor, não é menos verdade que o Direito atribui fundamento à ordem econômico-social vigente e às forças políticas existentes. Como asseverado por Pierre Bourdieu,

O Direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a

aquilo que foi designado como textura aberta” [...] “Em alguns sistemas jurídicos, em certos períodos, pode ser que demasiadas coisas sejam sacrificadas à certeza, e a interpretação judicial das leis ou do precedente seja demasiado formal e assim não consiga responder às semelhanças e diferenças entre casos que só são visíveis quando considerados à luz das finalidades sociais. Noutros sistemas ou em outros períodos, pode parecer que demasiadas coisas sejam tratadas pelos tribunais como casos perenemente em aberto ou susceptíveis de revisão nos precedentes, e atribui-se demasiado pouco respeito aos limites que a linguagem legislativa, não obstante a sua abertura, apesar de tudo fornece” (HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de Direito*. Tradução A. Ribeiro Mendes. 6. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011. p. 140-141, 143).

¹³ “O problema filosófico dos direitos do homem não pode ser dissociado do estudo dos problemas históricos, sociais, econômicos, psicológicos, inerentes à sua realização: o problema dos fins não pode ser dissociado do problema dos meios. Isso significa que o filósofo já não está sozinho. O filósofo que se obstinar em permanecer só termina por condenar a filosofia à esterilidade” (BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 24).

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 163.

distribuição dos direitos de utilizar esses poderes, títulos (escolares, profissionais, etc.), certificados (de aptidão, de doença, de invalidez, etc.), e sanciona todos os processos ligados à aquisição, ao aumento, à transferência ou à retirada desses poderes [...] O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos: ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.¹⁵

Esse arcabouço reflexivo do pensamento envolvendo Direito, complexidade do humano, linguagem (comunicação) e poder – conceitos que serão melhor analisados à frente – permeia o desenvolvimento dos estudos acerca do fenômeno patrimonial no tocante à ordem jurídica brasileira, na medida em que este tipo de dominação sintetiza uma multiplicidade de relações de natureza social, econômica, política e jurídica.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro, “Princípios metodológicos e apresentação de ‘O Bem-Amado’”, serão desenvolvidas as principais ideias do arcabouço teórico-metodológico do estudo acadêmico – com exceção da teoria da história dos conceitos de Reinhart Koselleck –, no intuito de expor as linhas de raciocínio e reflexão exploradas ao longo do trabalho.

Entre os aspectos que serão examinados nesse capítulo, estão o feitiço comunicativo do Direito, a relação entre ordenamento jurídico, poder simbólico e comunicação, a conexão inerente entre Direito e poder, os aspectos da abordagem interdisciplinar do pensamento, a questão da complexidade da natureza humana e a arte como meio de figuração da realidade jurídica.

Nessa oportunidade serão discutidos conceitos retirados das obras de Edgar Morin, Mara Regina de Oliveira, Michel Foucault, Hilton Japiassu, Pierre Bourdieu e Tércio Sampaio Ferraz Jr., com o escopo de justificar o exame da obra artística como forma de compreensão do humano para além do conhecimento meramente teórico, indicando algumas vantagens de captar a experiência da vida por meio da arte.

Também serão apresentados o percurso de criação e exibição de “O Bem-Amado” desde o seu surgimento, o escopo de análise da obra e um resumo da história e seus aspectos gerais.

O segundo capítulo, intitulado “Modelo dos tipos ideais de dominação legítima e o conceito de patrimonialismo em Max Weber”, iniciará com a justificativa da importância do

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade). p. 237.

sociólogo alemão para a construção da história nacional do conceito de patrimonialismo, passando pelas conexões existentes entre poder, dominação e legitimidade, continuando com uma explanação sobre os tipos ideais de dominação legítima (a partir do modelo geral desenhado sobre as distintas formas de estruturação das relações de poder), dissecando o conceito de patrimonialismo de Max Weber e finalizando com a exposição do modo pelo qual a tipologia weberiana foi recepcionada no Brasil.

Apreender com exatidão o modelo dos tipos ideais legítimos e o conceito weberiano de patrimonialismo é fundamental, não só porque este conceito (ligado à dominação tradicional) foi concebido, pela primeira vez, como categoria sociológica por Max Weber, mas também porque Raymundo Faoro, autor que inaugurou a história de um conceito de patrimonialismo brasileiro, e Simon Schwartzman, que deu continuidade aos estudos deste, inspiraram-se na teoria do sociólogo alemão para desenvolver seu pensamento.

Conhecer a tipologia de Max Weber e seu conceito de patrimonialismo é exigência obrigatória, ainda, para analisar o contraste conceitual proposto por Maria Sylvia de Carvalho Franco, que adotou uma linhagem própria (não weberiana) em seus estudos acerca do fenômeno patrimonial ao examinar o cotidiano dos homens livres que viviam no Vale do Paraíba durante o período escravista do século XIX.

A exposição correta das definições extraídas da obra weberiana, pois, é pressuposto para a leitura e interpretação adequada das ideias desenvolvidas por tais autores nacionais e, conseqüentemente, para a construção da história do conceito nacional do patrimonialismo e sua representação na ordem jurídica vista em “O Bem-Amado”.

Explicar-se-ão as características do patrimonialismo inferidas pelo autor alemão e a carga de historicidade ínsita ao conceito, haja vista que “a natureza histórica do tipo ideal não está no seu conteúdo, mas no seu próprio procedimento de construção. Sua historicidade intrínseca reside no seu caráter genético, que, sendo da ordem do problema mais do que do objeto, lhe é essencial”¹⁶.

Fechando esse segundo capítulo, serão expostas algumas reflexões sobre o modo como a tipologia de Max Weber foi recebida e interpretada no Brasil a fim de que se possa, desde logo, abrir caminho à construção da história nacional do conceito.

No capítulo terceiro, titulado “A história do conceito nacional de patrimonialismo”, serão apresentadas, inicialmente, por meio da exposição do debate travado entre a Escola de Cambridge (liderada por Quentin Skinner) e a teoria da história dos conceitos (cujo expoente

¹⁶ COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 198.

maior foi Reinhart Koselleck), as dificuldades ligadas à elaboração de um historicismo conceitual.

Após justificar as razões pelas quais a história do conceito de patrimonialismo brasileiro deve seguir a metodologia apregoada pela teoria alemã e detalhar os seus principais aspectos, será apresentada a historicidade do conceito brasileiro e a forma segundo a qual ele será estudado, fundamentando as possibilidades e limitações na realização de uma história conceitual a partir das obras “Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro”¹⁷ de Raymundo Faoro, “Bases do autoritarismo brasileiro”¹⁸ de Simon Schwartzman e “Homens livres na ordem escravocrata”¹⁹ de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Esses três autores, por meio dos títulos ora indicados, discorreram sobre diferentes vertentes do conceito de patrimonialismo no Brasil e servirão de base para as reflexões sobre a forma de estruturação das relações de dominação no país e a representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira.

Se Raymundo Faoro – tido por muitos como o defensor de um patrimonialismo brasileiro de caráter estamental e estatal, que nasce no Estado e por ele é reproduzido, como herança do patrimonialismo português – e Simon Schwartzman – que enfoca o regionalismo histórico nacional e as discrepâncias presentes no sistema político representativo como essenciais para se identificar o fenômeno patrimonial – desenvolveram seus conceitos fundados em uma mesma linhagem de inspiração weberiana, Maria Sylvia de Carvalho Franco – asseverando um patrimonialismo presente na sociedade dos homens pobres e livres do século XIX, que nasce e reproduz-se no seio das instituições sociais (família, comércio, engenho, senzala, casa-grande, passeio público etc.) – negou o paradigma teórico de Max Weber como caracterizador do conceito nacional de patrimonialismo, o que ensejou uma provocativa antítese reflexiva, como se verificará.

O quarto e último capítulo, denominado “‘O Bem-Amado’ e a representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira”, cuidará de examinar especialmente a obra de Dias Gomes, procurando expor aquilo que nela se afere acerca da história conceitual em correlação com o sistema jurídico.

¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. Brasília: Publitz Soluções Editoriais, 2007.

¹⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

O ficcional de “O Bem-Amado” retira seus elementos da realidade, mas não está comprometido com a representação documental desta, propiciando outras possibilidades de interpretação.

Da mesma forma que a história conceitual relaciona-se com a social (mas não se confunde com esta), na medida em que o conceito que adotamos para as coisas do mundo influencia nossas crenças e condutas sobre este, a ficção insere-se no real sem perder sua autonomia linguística e sem o dever de curvar-se a fatos histórico-sociais, cabendo ao destinatário da obra compreendê-la.

A prioridade do exame nesse último capítulo estará centrada em “O Bem-Amado” e nas inter-relações entre a ordem jurídica e o patrimonialismo.

Baseado no quanto desenvolvido nos três primeiros capítulos, buscar-se-á neste último observar nos caracteres das personagens, bem como nas cenas e nos diálogos de que forma se expressa na obra o fenômeno patrimonial – à luz dos conceitos desenvolvidos pelos autores nacionais – no ordenamento jurídico brasileiro, dando destaque ao que fundamenta o poder político local, à relação entre Direito e poder, à (des)confirmação da representação política “legitimada” pelo voto, à estrutura do sistema político-jurídico brasileiro, além de outros elementos de relevo.

Por ser “O Bem-Amado” uma obra escrita no início da década de 1960, algumas questões relativas à sua análise deverão ser contextualizadas no tempo, procurando-se, entretanto, não perder de vista suas implicações e atualidade.

Ao final, será explicitada a tensão entre modernidade e tradição, verificada na construção da história conceitual, bem como serão apresentadas algumas reflexões sobre a crítica à tese do patrimonialismo, elaborada por Jessé Souza.

Fechando a dissertação, serão deduzidas algumas conclusões, levando-se em conta o trabalho como um todo.

CONCLUSÕES

Nesta dissertação, buscou-se investigar os aspectos patrimoniais que, representados na ordem jurídica brasileira, podem ser observados em “O Bem-Amado”, de Dias Gomes.

Para tanto, organizou-se a pesquisa ao redor de três eixos: o estudo sobre o conceito do patrimonialismo nacional, segundo a teoria da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Reinhart Koselleck; a apreensão do sistema jurídico de acordo com a teoria da norma-comunicação e suas ligações com a questão do poder e as estruturas de dominação, aduzidas por Tércio Sampaio Ferraz Jr., e o poder simbólico, na visão de Pierre Bourdieu; e, por fim, a análise da mencionada obra artística em si.

Para se evitar traslados conceituais inapropriados no tempo e no espaço, justificou-se a não adoção do conceito weberiano de patrimonialismo com fundamento nos preceitos da *Begriffsgeschichte* e por se estar diante de uma obra artística (“O Bem-Amado”) de texto e contexto pátrios.

Tratando-se de um conceito (e, por isso, portador de uma inerente polissemia), viu-se que o patrimonialismo nacional possui uma historicidade singular, construída a partir da reunião do pensamento de três autores que, de modo original, analisaram tal fenômeno à luz da história social brasileira

Nessa historicização conceitual, foram constatadas duas linhas: uma de inspiração weberiana, reunindo as ideias de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman; e, outra, de inspiração não weberiana, integrada pela concepção de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

A história do conceito nacional de patrimonialismo indicou que há décadas não há sua atualização no pensamento político e social brasileiro.

O fim da ditadura militar; a aprovação de dois *impeachments* de Presidentes da República; a hiperinflação seguida de estabilização monetária; a aprovação de uma nova Constituição; a criação de novos partidos (em número ainda hoje crescente); as mudanças administrativas em direção a um modelo de Estado regulador; a criação de uma rede de proteção social por meio de políticas públicas; a judicialização de conflitos político-sociais; a estruturação da Defensoria Pública; a ampliação de acesso ao sistema de justiça e o fortalecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público são apenas alguns dos fatos históricos ocorridos desde a década de 1980 que não compuseram o espaço de experiência e o horizonte de expectativa presentes na concepção dos conceitos dos aludidos autores pátrios e não podem fugir ao entendimento do Brasil atual.

No entanto, estando “O Bem-Amado” atrelado ao contexto histórico da época da elaboração dos conceitos que integram a história nacional concebida, não houve empecilhos à realização da análise da obra no presente trabalho.

Tratando-se o fenômeno patrimonial de uma estrutura de dominação, sua articulação com o sistema jurídico exigiu a adoção de uma teoria que compartilhasse essa perspectiva de poder na qual o Direito também está inserido.

Isso trouxe à baila as reflexões de Tércio Sampaio Ferraz Jr., cujo pensamento conecta-se à obra de Dias Gomes (em razão de sua interpretação do Direito pelo paradigma da linguagem-comunicação) e ao patrimonialismo (ao entender o sistema jurídico como um fenômeno de poder em que se trava um jogo camuflado de dominação de natureza simbólica, entendida aos olhos de Pierre Bourdieu).

Essa visão da ordem jurídica revelou que os atributos de neutralidade e normalidade – incorporados à racionalidade do Direito – escamoteiam, sob a capa do discurso oficial de atendimento do interesse público e de proteção e manutenção dos preceitos de igualdade, liberdade e justiça, as disputas de poder incutidas nas relações de natureza política, social, cultural e econômica.

As conclusões deduzidas da teoria da norma-comunicação (que apreende o Direito como sistema linguístico atado à noção de poder simbólico) aliadas ao estudo efetuado sobre a história conceitual permitiram conectar o patrimonialismo à ordem jurídica brasileira sem a perda de densidade teórica e explicar, a partir da ideia de circularidade do poder, como e por que o sistema jurídico se insere na lógica das formas de dominação legítima.

Entender que a realidade não se confunde com o ordenamento jurídico e que a sistematização racional deste esconde que ele é operador das estruturas de dominação historicamente fixadas, bem como o resultado de uma construção coletiva decorrente das disputas de poder existentes na sociedade, é premissa fundamental que se tentou aferir visando à análise da obra de Dias Gomes.

Do contrário, pouco se compreenderia da relação entre a narrativa artística e sua correlação com o Direito e o patrimonialismo.

A análise, em “O Bem-Amado”, sobre a representação do patrimonialismo na ordem jurídica brasileira encontrou limites impostos pela própria criação artística, não se podendo ir além do permitido pelo enredo e pelo cenário. De qualquer forma, a conexão do sistema jurídico com o patrimonialismo pôde ser notada, principalmente, no enlace que Simon Schwartzman traçou entre este conceito e o sistema político (tão bem retratado por Dias Gomes).

O dramaturgo baiano conseguiu explicitar, de modo sutil, o jogo de imposições simbólicas existente na sociedade, narrando as mazelas do sistema político de Sucupira, que elegeu um prefeito que não representava interesses sociais e econômicos e possibilitou a nomeação de um cangaceiro perigoso e temido pelo povo ao posto de delegado, isso já em um cenário urbano do início da década de 1960.

É interessante observar que o olhar do dramaturgo baiano trouxe à luz uma questão não muito lembrada ainda hoje: a de que o Brasil é uma democracia jovem.

Historicamente, as eleições no país estiveram mais ligadas ao Poder Legislativo local e regional (com os cargos eletivos reservados aos “homens bons”) do que ao Poder Executivo. A eleição do chefe político local – tratada em “O Bem-Amado” – é um fenômeno característico de nossa fase republicana, que teve início, de modo geral, a partir do final do século XIX e início do século XX.³⁹⁸

O escopo adotado sobre a narrativa da obra, para além dos personagens – como, por exemplo, o prefeito Odorico Paraguaçu, o cangaceiro Zeca Diabo, o jornalista Neco Pedreira e as irmãs Cajazeiras –, explicitou a articulação do patrimonialismo com outros aspectos ligados ao autoritarismo da vida nacional, como o cangaço e o coronelismo, o que, em termos weberianos, seria impossível.

Sob o olhar de Dias Gomes, pôde-se notar de que forma o autoritarismo de Estado e o enraizamento da violência social podem estar vinculados à crise de representatividade política, ao cangaço, ao sistema coronelista e à pobreza dos municípios, estando o conceito exposto por Simon Schwartzman unido a um contexto social fictício – mas baseado na história social brasileira – que transpõe a fronteira da simples noção de superposição entre interesses privados e negócios públicos.

No contexto da obra, o poder simbólico incorporado no ordenamento jurídico deu ao “interesse público” uma noção tão vaga e flexível que permitiu fosse ele utilizado por Odorico Paraguaçu em benefício de seus interesses pessoais, como, por exemplo, o desvio de verbas públicas para a construção do cemitério municipal; a nomeação de um cangaceiro para o cargo de delegado e, até mesmo, a tentativa de definição do local de enterro do corpo de Dorotéia para possibilitar a inauguração de sua obra.

A construção da história nacional do conceito de patrimonialismo aliada à leitura e interpretação de “O Bem-Amado” mostrou que dizer, tão-só, que o Brasil é um país

³⁹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 113.

predominantemente patrimonial é insuficiente, dadas as variadas interpretações dessa forma de dominação reveladas pela história conceitual, desaconselhando-se generalizações.

Não se nega que o Direito atue de modo a também combater práticas patrimoniais. Isso pôde ser visto na obra de Dias Gomes – com a atuação do Poder Judiciário ao impedir o enterro do corpo de Dorotéia em Sucupira – e assim tem se revelado o aparelho de persecução penal (Polícias Estaduais e Federal, Ministério Público e Poder Judiciário) nos últimos anos no Brasil. Porém, combater não significa superar e tampouco substituir a estrutura de dominação patrimonial.

A despeito da falta de um conceito atualizado à realidade contemporânea, há indicações claras no sentido de que o país permanece ainda predominantemente patrimonial na sua estrutura de poder e com um notável enraizamento da violência social.

“O Bem-Amado” apresenta uma crítica explícita ao sistema político brasileiro – especialmente à crise de representatividade –, à violência social urbana, à demagogia política e à nossa própria formação histórica de pouca consciência cidadã.

O Direito possui papel importante no estabelecimento do fenômeno patrimonial na criação do dramaturgo, pois, com a aparência da ordem jurídica formal, ecoa a simbiose entre aquele e aspectos da burocracia estatal.

Ao mesmo tempo em que a análise de “O Bem-Amado” traduz uma incômoda sensação de atualidade da obra de Dias Gomes e a percepção de que as práticas patrimoniais sobrevivem ainda hoje – apesar da tentativa permanente de buscar-se um desenho jurídico-institucional burocrático de Estado (previsto pela Constituição Federal de 1988) –, o percurso desta dissertação, principalmente mediante a exposição da história do conceito nacional de patrimonialismo, sugere que é preciso avançar no estudo do fenômeno, seja na linhagem de inspiração weberiana de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, objetivando uma melhor compreensão do Estado, seja na vertente não weberiana de Maria Sylvia de Carvalho Franco, a fim de ingressar, sob a perspectiva histórico-sociológica lançada por ela, na análise da sociedade brasileira e das instituições sociais dos séculos XX e XXI.

Este trabalho mostrou que a história do conceito nacional de patrimonialismo e sua representação na ordem jurídica são capítulos de um livro em aberto e que “O Bem-Amado” é um excelente caso analítico, mas não o único (e nem poderia sê-lo).

Que o pensamento sobre o tema possa ter sido arejado pelos ventos trazidos por algumas das reflexões ora levantadas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1. p. 5-34. 1988.
- ADORNO, Sérgio; BARREIRA, César. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS. Carlos Benedito (Coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 303-374.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS Editora Sumaré, 2002. v. 4. p. 267-307.
- _____. Seminário: *As raízes históricas e sociais da violência no Brasil*. São Paulo: Núcleo de estudos da violência da USP, [201?]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PkTdCtZReX8>>. Acesso em: 11 ago. 2016
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BALDISSERA, Rudimar. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. *Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 193-200, set./dez. 2008.
- BENDIX, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Tradução Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, São Paulo, v. 90, p. 331-366, 2003.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. O patrimonialismo brasileiro no pensamento de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CANNETI, Elias. *Massa e poder*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

CARMO, Andreia Reis do. *Patrimonialismo: o retorno ao conceito como possibilidade de compreensão do sistema político brasileiro por meio da abordagem da cultura política*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 jun. 2016.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. Tradução Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Mestre Lou, 1972.

CAZES, Pedro. Passagens para o capitalismo: a sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 113-138, dez. 2014.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série Grandes cientistas sociais).

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Programa de televisão: *Café Filosófico*, a sociologia de Weber (Disponível em: https://m.youtube.com/watch?v=qU_zUBTsILQ). Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Persistente enigma. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução Marina Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Clássicos).

DIAS, José. *Odorico Paraguaçu O Bem-Amado de Dias Gomes*: história de um personagem larapista e maquiavelento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Série 5 – Brasiliana, 172 v.).

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. *Sociologia*: problemas e práticas [online], Lisboa, v. 35, p. 139-163, 2001.

_____. *Modernization: protest and change*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

_____. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

_____. Existe um pensamento político brasileiro?. In: COMPARATO, Fábio Konder (Org.). *A República inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.

_____. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 14-29, mar./abr./maio 1993.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FERES JR., João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-679, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978. 1 v.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010. p. 37-95.

_____. Existe uma crise na democracia brasileira? In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008. p. 93-113.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito*: técnica, decisão, dominação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *Teoria da norma jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FILARDI, Felice Valentino Gaio. A história das Constituições brasileiras frente à evolução da ordem econômica. *Revista Novo Enfoque* [online], v. 4. Disponível em: http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/04/REVISTA_ELETRONICA_DE_DIREITO_DA_UCB-A_HISTORIA_DAS_CONSTITUICOES_BRASILEIRAS_FRENTE_A_EVOLUCAO_D_A_ORDEM_ECONOMICA.pdf. Acesso em: 16 jul. 2015.

FORTIN, Robin. *Compreender a complexidade: introdução a “O Método” de Edgar Morin*. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na velha civilização do café*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1964.

_____. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

_____. *O moderno e suas diferenças*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1970.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global editora, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Dias. *Odorico, o Bem-Amado ou os mistérios do amor e da morte*. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____. *Sucupira: ame-a ou deixe-a*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Odorico na cabeça*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GULLAR, Ferreira. Prefácio. In: GOMES, Dias. *Odorico, o Bem-Amado ou os mistérios do amor e da morte*. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *O conceito de Direito*. Tradução A. Ribeiro Mendes. 6. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011.

HELIODORA, Bárbara. *O teatro: explicado aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.

_____. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Série Logoteca).

JASMIN, Marcelo; FERES JR., João (Org.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Editora Loyola, 2007.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTUCELLI, Danilo. *Sociologies de la modernité*. Paris: Gallimard, 1999.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. *Lua Nova*, São Paulo, v. 36, p. 181-196, 1995.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução Dulce Matos. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. *Repensar a reforma, reformar o pensamento: a cabeça bem feita*. Tradução Ana Paula de Viveiros. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

_____. *Os sete saberes para a educação do futuro*. Tradução Ana Paula de Viveiros. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

_____. *O meu caminho*. Tradução Ana Paula e Luís Viveiros. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

MORSE, Richard. *The heritage of Latin America*. In: HARTZ, Louis. *The foundation of new societies*. New York: Harcourt, 1964.

OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

_____. *Cinema e Filosofia do Direito em diálogo*. São Paulo: edição do autor, 2015. E-book.

_____. Direito, argumentação e poder em Julio César. In: SIMPÓSIO DE LITERATURA & DIREITO, I., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. p. 25-65. (Coleção Direito e Literatura).

_____. A verdade factual inacessível às decisões judiciais e o problema de justiça: um diálogo com o filme Dançando no Escuro. In: *Compêndio de Ética Jurídica Moderna*. Curitiba: Juruá Editora, 2011. p. 285-305.

_____. Injustiça, revolta e reafirmação da moralidade jurídica: um diálogo interdisciplinar com o filme Uma Mulher contra Hitler. In: POZZOLI, Lafayette; ALVIM, Marcia Cristina de Souza (Org.). *Ensaio sobre Filosofia do Direito: dignidade da pessoa humana, democracia, justiça*. São Paulo: Educ, 2011. p. 201-254.

OLIVEIRA, Maria Lúcia de. A tendência à centralização e o fenômeno do autoritarismo no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 83-98, 1977.

O BEM-AMADO. Autor: Dias Gomes. Direção: Régis Cardoso. Supervisão: Daniel Filho. Rio de Janeiro: Globo Marcas, 2012. 36h36min. 10 DVDs.

PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção biblioteca básica brasileira).

PORTELA JR., Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. *Plural: Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 9-27, 2012.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1976.

_____. Os cangaceiros. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. História do cangaço. 5 ed. São Paulo: Global, 1997.

REZENDE, Maria José de. O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, p. 207-232, maio 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. Brasília: Publit Soluções Editoriais, 2007.

_____. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *Regional cleavages and political patrimonialism in Brazil*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade da Califórnia. Berkeley, 1973.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

_____. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

SILVEIRA, Daniel Barile da. *Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o Poder Judiciário na formação do Estado Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. *History and Theory*, Wesleyan University, v. 8, n. 1, p. 3-35, 1969.

SOUSA, Rozenval de Almeida e. *República e patrimonialismo: a publicização do privado e a privatização do público no Brasil*. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCLH-USP (1934-1969)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

VÉLEZ-RODRIGUEZ, Ricardo. *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2006.

VILLAS BÔAS, Glaucia. A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-33, 2014.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A historicidade da dogmática jurídica: uma abordagem a partir da *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo; COSTA, Carlos Eduardo Batalha da Silva; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Org.). *Nas fronteiras do formalismo*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 27-61. (Série Direito em Debate).

_____. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 108, p. 651-696, jan./dez. 2013.

VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

_____. Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 364-377.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 1999.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 2005.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2014. v. 1.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2012. v. 2.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

WEIS, Carlos. *Direitos humanos contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2011.